

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

Susta, nos termos do art. 49, V e XI, da Constituição Federal , a Resolução-RDC Nº 24, de 15 de junho de 2010, da Diretoria Colegiada, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, publicada no Diário Oficial de União, Seção I, de 29 de junho de 2010, que "Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, V e XI, da Constituição Federal , a Resolução-RDC Nº 24, de 15 de junho de 2010, da Diretoria Colegiada, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, publicada no Diário Oficial de União, Seção I, de 29 de junho de 2010, que "Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

A medida pretendida por este projeto de decreto legislativo é prevista, expressamente, na Constituição Federal, nos dispositivos mencionados, que têm a finalidade de assegurar ao Congresso Nacional, mediante a adoção de ato próprio, de impedir a vigência de atos de outros Poderes que, a seu ver, invadem a sua competência normativa constitucional.

Como se vê do conteúdo da Resolução citada, no seu texto há dispositivos estabelecendo normas sobre a divulgação e a promoção comercial de determinados alimentos e, em consequência, definindo como infração sanitária o seu descumprimento, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Nestas condições, fica evidente que há exorbitância do poder regulamentar por órgão do Poder Executivo além de usurpação da competência legislativa do Congresso, já que a matéria tratada na Resolução referida contém dispositivos próprios de lei, em sentido estrito.

Nestas condições, submetemos a consideração dos membros do Congresso Nacional o presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, em de de 2010